

A psicologia no
Brasil:
Teoria e pesquisa

3

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2022

A psicologia no
Brasil:
Teoria e pesquisa

3

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora



Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A psicologia no Brasil: teoria e pesquisa 3

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 A psicologia no Brasil: teoria e pesquisa 3 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0149-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.490222004>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa*, reúne neste terceiro volume dezesseis artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas do saber psicológico.

A Psicologia enquanto campo teórico-metodológico traz em suas raízes tanto a especulação filosófica sobre a consciência, a investigação psicanalítica do inconsciente, quanto a prática dos efeitos terapêuticos da medicina e em especial da fisiologia.

E, desse ponto de partida se expande a uma infinidade de novas abordagens da consciência humana, creditando ou não algum poder para o inconsciente como plano de fundo.

A presente coletânea trata de algumas dessas abordagens em suas elaborações mais atuais como podemos ver nos primeiros capítulos em que se tratam do inconsciente em suas relações com os corpos, as contribuições socioeducativas entre outros olhares para o que é abarcado pelo psiquismo humano.

Em seguida temos alguns temas situacionais de nossa realidade imediata quanto aos efeitos psicológicos do isolamento social e o medo da morte.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DE UM DISPOSITIVO COMO PRÁTICA CLÍNICA DE TRANSFORMAÇÃO	
Patricia Beretta Costa	
Renata Zarenczansky	
Shaienie Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4902220041	
CAPÍTULO 2	11
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA MÍDIA: UMA ANÁLISE DOS FILMES DE PRINCESAS DA DISNEY	
Taíza dos Santos de Andrade	
Amanda Caroline de Sousa Coelho	
Eduardo Augusto Soares	
Julia Rocha da Silva	
Lehanna Aymberê Schinkel	
Leticia Gabrielly Fernandes	
Sara Zeschotko Silva	
Luciana Elisabete Savaris	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4902220042	
CAPÍTULO 3	22
EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA INFÂNCIA: AS IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA INFANTIL DURANTE A VIDA ADULTA	
Thais Cristina Gregório Contin	
Daniel Massayuki Ikuma	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4902220043	
CAPÍTULO 4	36
PROJETO RECONTAR: UMA COLEÇÃO DE VIVÊNCIAS LGBTQIAP+ EM SERGIPE	
Fernanda Rodrigues Messias	
Gabriel Chagas Rodrigues	
Tháísa de Oliveira Cristino	
Marcela de Carvalho Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4902220044	
CAPÍTULO 5	48
UM ESTUDO SOBRE O AUTISMO E A HABILIDADE DE IMITAÇÃO	
Cátia Michele dos Santos Martini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4902220045	
CAPÍTULO 6	52
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM MOVIMENTO ESTUDANTIL DE PÓS-GRADUAÇÃO:	

A FORÇA DA INTERDISCIPLINARIDADE NA GESTÃO

Graziela de Fátima Souza Carmo

Fábio dos Passos Carvalho

Gabriela Cunha Corrêa Freitas de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4902220046>

CAPÍTULO 7..... 61

A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO DIAGNÓSTICO DA SÍNDROME DE DOWN

Luísa Camelo Bueno

Juliana Santos de Souza Hannum

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4902220047>

CAPÍTULO 8..... 69

DESAFIOS DO PSICÓLOGO (A) ESCOLAR NA PANDEMIA X VERSUS HABILIDADES SOCIAIS

Sueli de Oliveira Gonçalves

Tatiana Aparecida da Silva Moreira

Débora de Souza França Tito

Maria Aurora Dias Gaspar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4902220048>

CAPÍTULO 9..... 82

DESAFIOS IMPOSTOS PELA PANDEMIA: AFASTAMENTOS E AVALIAÇÃO DE ESTRESSE DE PROFESSORES DA REDE DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA-MT

Lindinalva de Souza Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4902220049>

CAPÍTULO 10..... 102

HIGHER EDUCATION TEACHER'S EUSTRESS: COGNITIVE EVALUATION OF A SITUATION AS ENHANCER OF WELL-BEING

Susana Barros Fonseca

Filomena Jordão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49022200410>

CAPÍTULO 11..... 108

PSICOLOGIA E REDES SOCIAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Maurício Pimentel Homem de Bittencourt

Patricia da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49022200411>

CAPÍTULO 12..... 129

OS RISCOS DAS CRIANÇAS NO MANEJO DE REDES SOCIAIS E JOGOS ELETRÔNICOS: CONTROLE PARENTAL POR MEIO DO APLICATIVO QUSTODIO

Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias

Liliane Barreto

Daniele Fernandes Rodrigues

Luanna Alvarenga Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49022200412>

CAPÍTULO 13..... 139

O USO DOS JOGOS NO DESENVOLVIMENTO DA INTERAÇÃO DE ALUNOS COM TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA)

Kaliane Oliveira Silva

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49022200413>

CAPÍTULO 14..... 152

QUEREMOS QUE A GENTE FALE E ELE OBEDEÇA”: DIFICULDADES NO ESTABELECIMENTO DE LIMITES

Ana Caroline Dias da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49022200414>

CAPÍTULO 15..... 163

O IMPACTO DA EQUITAÇÃO TERAPÊUTICA NA CRIANÇA COM PERTURBAÇÃO DO ESPETRO DO AUTISMO

Filipa Mendes

Maria Celeste de Sousa Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49022200415>

CAPÍTULO 16..... 173

LA EQUINOTERAPIA COMO ALTERNATIVA TERAPÉUTICA PARA LA ATENCIÓN DE NIÑOS CON PARÁLISIS CEREBRAL

Ana Laura España Montoya

Karla Daniela Rodríguez Díaz

Alma Delia Guzmán Díaz

Cristina Salcido Rodríguez

Elizabeth López Saucedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49022200416>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 185

ÍNDICE REMISSIVO 186

CAPÍTULO 4

PROJETO RECONTAR: UMA COLEÇÃO DE VIVÊNCIAS LGBTQIAP+ EM SÉRGIPE

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 08/03/2022

Fernanda Rodrigues Messias

Centro Universitário Tiradentes, Psicologia
Aracaju – SE
<http://lattes.cnpq.br/1156707032335074>

Gabriel Chagas Rodrigues

Centro Universitário Tiradentes, Psicologia
Aracaju – SE
<http://lattes.cnpq.br/3187690394857893>

Thaísa de Oliveira Cristino

Centro Universitário Tiradentes, Psicologia
Aracaju – SE
<http://lattes.cnpq.br/1450113144212500>

Marcela de Carvalho Silva

Universidade Federal de Sergipe, Psicologia
Aracaju – SE
<http://lattes.cnpq.br/6674669417957522>

RESUMO: O presente trabalho busca promover a reflexão e o reconhecimento a respeito da existência de figuras ilustres da comunidade LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais) que residem em Aracaju/SE, através de produção audiovisual contendo os relatos de duas personalidades convidadas, em função de criar um espaço inspirador, de representatividade e visibilidade para dentro da comunidade, assim como para o público geral. Dessa forma, o registro de experiências reais como forma de chamar

atenção para as urgências da comunidade, além de inspirar pessoas LGBTQIAP+, demarca nossa resistência e constrói uma comunicação ou práticas inclusivas e diversas. Assim, é previsto que a presença dos relatos de pessoas importantes divulgados para o grande público sejam capazes de mobilizar a rede de apoio em prol dessa luta a comunidade, além de dar enfoque à resistência da população de forma que as vozes desses representantes LGBTQIAP+ ecoem por múltiplos espaços, levando inspiração e conscientização ao que a causa precisa para seguir se destacando e quebrando padrões.

PALAVRAS-CHAVE: LGBTQIAP+, Audiovisual, Representatividade.

RECONTAR PROJECT: A COLLECTION OF LGBTQIAP+ EXPERIENCES IN SERGIPE

ABSTRACT: This article attempts to promote reflection and recognition regarding the existence of illustrious figures of the LGBTQIAP+ community (Lesbian, Gay, Bisexual, Transsexual, Queer, Intersex, Asexual, Pansexual, Non-binary Identity) who reside in Aracaju/SE, through of audiovisual production containing the reports of three invited personalities, in order to create an inspiring space, of representation and visibility for the community, as well as for the general public. Therefore, recording real experiences to draw attention to the needs of the community, in addition to inspiring LGBTQIAP+ people, marks our resistance and builds inclusive and diverse communication or practices. Thus, it is expected that the presence of important people reports released to the general public will be able to

mobilize the support network in favor of this struggle in the community, in addition to focusing on the population's resistance so that the voices of these LGBTQIAP+ representatives echo throughout the community. multiple spaces, bringing inspiration and awareness to what the cause needs to keep standing out and breaking standards.

KEYWORDS: LGBTQIAP+, Audio-visual, Representativity

1 | INTRODUÇÃO

A comunidade LGBTQIAP+ sofre diariamente sendo alvo de preconceitos, violências e negligências. É de grande importância que seja realizado o acolhimento dessa população, que por passar por tantos desafios tem sua saúde mental extremamente fragilizada. Como citado por Silva, Melo e Mello (2019, pág. 6) “A frequente exposição a discriminação e ao desrespeito adicionada a expectativa de rejeição e necessidade de dissimulação de sua identidade impacta negativamente na saúde mental destes indivíduos.

Segundo um estudo sobre suicídio e depressão na população LGBTQIAP+ realizado por Oliveira e Vedana (2020) foram encontrados em blogs pessoais 916 publicações, com conteúdos de sofrimento e comportamento autodestrutivo, rejeição e autodepreciação, vulnerabilidade emocional e depressão. No relatório anual do Gupo Gay da Bahia, (2019), o índice de suicídio LGBTQIAP+ por orientação sexual foi de 37,5% entre gays, 31,25% entre transexuais e 21,7% entre lésbicas.

A situação da população LGBTQIAP+ frente à sociedade assume papéis diversos, principalmente no Brasil, um país que é atravessado por crenças religiosas e culturais que refletem em seus posicionamentos, o preconceito e marginalização da sigla. Dessa forma, a posição de vulnerabilidade ainda é alarmante e constante evidenciando como “a violência contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais é um exemplo vivo do espelho desses estereótipos impostos à sociedade” (RESENDE, 2016). A face do preconceito e da LGBTfobia vai além das violências físicas e verbais, abrangendo também questões de igualdade de direitos, com a visão centrada no preconceito em uma abordagem sistemática, Costa e Nardi (2015) conceituam como atitudes adversas direcionadas à uma pessoa que pertence a um grupo simplesmente por pertencer, o que tem correlação com o que traz Junqueira (2007) com uma visão de que os comportamentos de ordem homofóbica teriam a influência de um discurso patológico já que:

“O termo costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas. Essas emoções, em alguns casos, seriam a tradução do receio (inconsciente e “doentio”) de a própria pessoa homofóbica ser homossexual (ou de que os outros pensem que ela seja).” (JUNQUEIRA, 2007, pág. 4.

Tendo em vista as condições de vulnerabilidade social nas quais a comunidade LGBTQIAP+ está inserida, é imprescindível que haja o estabelecimento de uma rede de

apoio social para que essa vítima tenha um suporte e busque fortalecimento de sua saúde mental. Silva & Santos (2018) trazem apoio social como:

“[...] o conjunto de relações próximas e significativas que representam o suporte recebido e percebido pelos indivíduos provenientes de recursos pessoais, profissionais e institucionais ao longo da vida, independente da constância destes recursos com a finalidade de oferecer assistência aos mesmos, principalmente em situações de risco (Costa & Dell’Aglío, 2009; Paludo & Koller, 2005).”

2 | MÉTODO

Por meio da produção audiovisual de vídeos veiculados no Instagram do Projeto Remonta (@projeto_remonta) em formato de IGTV, ferramenta de apoio, integrada à plataforma que permite o compartilhamento de vídeos verticais com até uma hora de duração. O material será publicado de acordo com sua elaboração, prevista para os meses de novembro ou dezembro. A produção e edição do vídeo foi realizada com o auxílio de materiais audiovisuais como: câmera, microfone, luzes e o editor de vídeo Adobe Premiere Rush. Cada vídeo contou com a presença de uma presença ilustre da comunidade LGBTQIAP+ compartilhando de forma oral sua vivência e desenvolvimento como uma minoria em um dos países mais LGBTfóbicos do mundo.

3 | CONTEXTO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS LGBTQIAP+ E ONGS ALIADAS

Para compreender a história do chamado Movimento LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e mais) no Brasil, primeiramente deve-se entender seus antecedentes no contexto histórico mundial.

Nas décadas de 1950 e 1960, quando o sistema jurídico estadunidense considerava a população homossexual “não-americana” e “subversiva”, as manifestações eram agressivas. Simultaneamente, nos Estados Unidos e na Europa, o movimento homófilo (termo utilizado na época e equivalente à homossexual) lutava contra a visão criminosa e pecaminosa da homossexualidade (PETERSON, 2018). Então, inicia-se um ambiente de tensão, que culminou na invasão policial ao bar Stonewall Inn em Nova York no dia 28 de Junho de 1969. Esse acontecimento ficou marcado como a primeira revolta da comunidade homossexual e é considerada pontapé inicial para as Paradas do Orgulho Gay, que se passam ao redor do mundo (MATZNER, 2015).

No Brasil, quase duas décadas depois, com o fim da ditadura militar em 1985, a reabertura política abre espaço para a emergência de movimentos democráticos. Surgem, então, diversos grupos do denominado Movimento Gay. Em 1986, graças à força do movimento estudantil, a abordagem das sexualidades se fez presente pela primeira vez com o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), na cidade do Rio de Janeiro. Composto por lésbicas, gays, prostitutas e feministas, esse movimento inaugurou

no cenário nacional árduos debates sobre as pautas apresentadas (DUARTE, 2014).

No entanto, a luta que até então era por liberdade e direitos civis, torna-se ao final da década de 1980, uma luta pela vida. A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), tornou-se em uma epidemia nacional, e foi batizada pela imprensa de “Peste Gay” ou “Câncer Gay”. Os movimentos militantes da época viram-se obrigados a dar uma resposta, tanto à epidemia em si, quanto à cruel imprensa.

São fundadas ONGs na Europa e nos Estados Unidos, para fins de pesquisa e intervenção no combate à doença e pela defesa dos direitos dos soropositivos (CASTRO-SILVA, et. al, 2007, apud. NETO, 2013). Com o passar do tempo, o espaço nessas ONGs foi aberto também à profissionais do sexo, travestis, lésbicas, transexuais e a todes que se sensibilizaram com questões sociais, culturais e políticas criadas por causa da epidemia do HIV (NETO, 2013).

A importância de ferramentas sociais do terceiro setor para o acolhimento do público LGBTQIAP+ se fazem necessárias quando o poder público não intervém como necessário. As ONGs (Organizações Não Governamentais) surgem na segunda metade do século XX como forma de conter a fragilidade ou ausência de órgãos públicos, logo quando o Estado assume uma postura centralizada nos anos 1950 e 1960 (DOWBOR, 1999, apud. NETO, 2013). Com o fim da Guerra Fria e a crise de Welfare State, a ação das ONGs são de grande importância para a estratégia na preservação de direitos dos cidadãos (SANCHEZ, 2006, apud. NETO, 2013).

No Brasil durante a década de 1990, foram criadas ONGs de luta contra a AIDS (CÂMARA & LIMA, 2000, apud. NETO, 2013). Neste momento, o firmamento de parcerias com setores governamentais de saúde e diversas outras instituições do Estado torna-se um marco para o Movimento LGBTQIAP+ no Brasil (CANABARRO, 2012). Tal união mostra-se benéfica, não só em questões de saúde nacional, mas também marca uma vitória da população LGBTQIAP+ em relação aos seus direitos constitucionais, como afirma Richard Parker em seu livro “Na Contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política”:

“O espectro de morte que antes nos parecia tão imediato agora parece ter sido superado, ou pelo menos tem fugido das nossas vistas, devido ao desenvolvimento de novas terapias e tratamentos capazes de transformar a infecção de HIV em um problema crônico de saúde, porém administrável. [...] Os piores exemplos de discriminação e violação dos direitos humanos das pessoas vivendo com AIDS (ou dos que se suspeitam serem pessoas com comportamentos de risco para infecção pelo HIV), que há alguns anos, no início da epidemia, faziam parte da vida cotidiana, parecem estar sendo superados também, à medida que os sistemas legais e as estruturas oficiais foram acionados para combater a epidemia, reafirmando os direitos básicos de todos os seres humanos, independente de ser soropositivo ou não.” (PARKER, 2000).

Na luta pelos direitos, destaca-se a luta para desconstruir os conceitos patológicos de identidade de gênero e orientações afetivo-sexuais. Segundo Mott (2005, p. 100, apud.

CANABARRO, 2012), em 1985 o Conselho Federal de Medicina deixa de classificar a homossexualidade como doença. Apenas em 1990 a Organização Mundial da Saúde substituiu o termo “homossexualismo” do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e do CID (Código Internacional de Doenças), passando a adotar “homossexualidade”, como uma condição de ser e orientação individual de desejo (ABGLT, 2012, apud. CANABARRO, 2012).

No Brasil, apenas em 1999 o Conselho Federal de Psicologia aprova a Resolução n.º 1/99, de 23/03/1999, que proíbe métodos terapêuticos de “cura” para homossexuais (MOTT, 2005, apud. CANABARRO, 2012). Em 1986 o Movimento começou uma campanha para incluir a proibição da discriminação por orientação afetivo-sexual na Constituição, que segue até 1989, quando a igualdade foi implementada pela Lei n.º 7.716, de 05 de janeiro de 1989, Art. 1º: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.” Contudo, não se incluíram termos de representatividade como “orientação sexual” e “identidade de gênero” (CANABARRO, 2012).

No ano de 1990, dentro das Leis Orgânicas Municipais brasileiras de três estados e setenta e duas cidades, finalmente é institucionalizada a proibição da discriminação por orientação afetivo-sexual. Nos anos seguintes, os movimentos sociais ganharam força (CANABARRO, 2012). Em 1995 é fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (MOTT, 2005, apud. CANABARRO, 2012). Em 1996 a comunidade homossexual é citada no Plano Nacional de Direitos Humanos, sendo incluída entre os grupos vulneráveis.

Nos anos 2000, apesar da legitimidade da decisão do Supremo Tribunal Federal no Brasil acerca do reconhecimento de relações homoafetivas, assim como o Poder Judiciário também reconhecer as relações homoafetivas como entidade familiar desde 2011, ainda há uma grande omissão legislativa, onde são negados os direitos à diversidade sexual e de gênero. o que por outro lado a recomendação nos currículos escolares do tema transversal Orientação Sexual não qualificou a demanda de direitos dos seus atores sociais (ROCHA, 2020).

4 | CAMINHADA DO MOVIMENTO LGBTQIAP+ EM SERGIPE

Como citado anteriormente, foi na ditadura militar que se deu a reorganização civil, na qual uma certa “abertura democrática” ocorreu, viabilizando assim o cenário de lutas sociais. (MACRAE, 2018, apud. MATOS, 2020). De acordo com Pereira (2006) conforme citado por Matos (2020, pág. 136) essa foi a primeira “onda” do movimento LGBTQIAP+ no Brasil. Em 1978, quando foi criado o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, na cidade de São Paulo, também foi fundado o primeiro jornal homossexual do Brasil, Lampião da Esquina. Nesse jornal, o Somos trazia o movimento de quebra do estereótipo em torno dos homossexuais, assim como também a desconstrução de nomeações. Refutavam as visões

de homossexual obrigatoriamente afeminado e lésbica obrigatoriamente masculinizada. (MACRAE, 2018 apud. MATOS, 2020, pág. 137). Matos afirma a importância de mencionar que atualmente houve uma resignificação nesses termos, que eram fundados em preconceitos, como “bicha” e “sapatão”. De acordo com Melo :

[...] na esfera da “política sexual”, as dinâmicas que envolvem a criação ou a resignificação dos sentidos atribuídos às antigas categorias identitárias, têm vínculo direto com as “lutas” estabelecidas. Estas funcionam como importantes elementos na “categorização” sexual engendrada pelo movimento político LGBT e, por consequência, definidor de agendas políticas. [...] as identificações engendradas em outros campos são retrabalhadas [recategorizadas], reapropriadas pelos agentes em benefício da luta.” (2013, apud. MATOS, 2020, p. 137).

O grupo Somos agiu tanto na luta contra o código 302.0 que era utilizado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) com intuito de classificar a homossexualidade como desvio e transtorno mental (MACRAE, 2018, p. 51 apud. MATOS, 2020, pág. 137) representando uma discriminação, quanto na mudança do termo “opção sexual” para “orientação sexual” juntamente com o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Triângulo Rosa, fato que deu início a “segunda onda” do movimento LGBT em terras brasileiras. (MATOS, 2020, pág.137)

Conforme citado por Matos (2020, pág.137) o momento da segunda onda foi marcado pelo enfrentamento ao vírus HIV/AIDS e a todo preconceito e discriminação enfrentado pela comunidade durante esse tempo. Durante a terceira onda, iniciada em 1992, Pereira (2016, pág. 122) conforme citado por Facchini (2005) e Matos (2020) evidenciou o aumento no número de ONGs pelo país, que tinham como pauta a prevenção do HIV/AIDS começando assim uma mobilização em prol da realização de trocas entre engajados na luta LGBT e representantes do setor público. Em Sergipe, Menezes (2018) conforme citado por Matos (2020, pág. 138) afirma que houveram mobilizações e pequenas atividades que, inclusive, antecederam a formação de organizações não governamentais (ONGs).

O jornal Lampião da Esquina passou a ser divulgado por Wellington Andrade, que recebeu uma visita do presidente fundador do GGB, Luiz Mott, que desejava organizar um movimento em Aracaju. Andrade juntou-se com amigos e em 1981 fundou o Grupo Dialogay de Sergipe. “Lutava-se, naquele momento, pela visibilidade social da homossexualidade para além das páginas policiais, dos diagnósticos médicos e dos momentos de festividade, como o carnaval.” (MELO et al., 2018, pág. 26-27).

De acordo com Rosa (2005, pág. 23), conforme citado por Melo et al. (2018, pág. 30) em 1980, o slogan “É legal ser homossexual” era utilizado pelo grupo de forma que valorizasse a “prática homossexual”, com a “perspectiva de assumir-se em público, através de trejeitos, roupas e adereços, ou o simples ato de colocar um brinco na orelha, como uma espécie de transgressão e/ou ato de auto-afirmação”. O movimento teve que se reestruturar de várias formas para se adequar à nova realidade, durante a epidemia de HIV/

AIDS, após a primeira notificação de soropositividade em Sergipe, em 1987, e a criação de um programa Estadual DST/AIDS, a secretaria de Saúde do Estado e o Dialogay se aproximaram nessa luta conjunta. (MELO; COSTA; VASCONCELOS, 2018, pág. 31).

A extinção do Grupo Dialogay de Sergipe ocorreu em 2003, deixando como legado suas várias ações em prol do movimento LGBT no estado. Outros grupos foram surgindo e trazendo as pautas de luta em Aracaju, como a Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Estado de Sergipe (ADHONES); a ASTRA- Direitos Humanos e Cidadania LGBT. Ambas consolidaram a Parada do Orgulho LGBT, tendo sua primeira edição em 2001. “Sendo a maior manifestação de visibilidade LGBT no estado de Sergipe.” (MATOS, 2020, pág. 138).

Conforme Mendes e Silva (2020), segundo seu estudo sobre homicídios de LGBTQIAP+ ocorridos no período de 2002 a 2016, foi possível observar 3.100 homicídios segundo o GGB. Fazendo um recorte de capitais, as 15 mais críticas são as que possuem suas taxas de homicídios médias acima de 12 homicídios por 100 mil habitantes, estando Aracaju no décimo primeiro lugar com um valor de 17,26. A participação do Estado de Sergipe no movimento LGBTQIAP+ deixa seu legado até hoje, e a resistência segue presente apesar de tantos dados violentos e alarmantes.

5 | A PROBLEMÁTICA E IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE E VISIBILIDADE DA CAUSA LGBTQIAP+ NA MÍDIA

“Qualquer abordagem às identidades LGBT tem como pano de fundo as tensões que envolvem.” (LEAL & CARVALHO, 2012, pág. 7). Embasado na perspectiva de Leal e Carvalho, pudemos desenvolver a ideia central da produção audiovisual do Projeto Recontar no Estado de Sergipe. Com a proposta de divulgar vivências LGBTQIAP+ a partir de um ambiente seguro e acolhedor para as histórias da comunidade, de forma que o público seja ouvido, compreendido e se torne visível aos olhos midiáticos. Como ressalta Eliséo Verón (1997), o conceito de mídia pode ser considerado como os meios de comunicação marcados pela pluralidade e a simultaneidade no acesso às mensagens. De acordo com as observações de Bonoto e Brignol:

“A mídia ocupa lugar central na cultura ao contribuir para as compreensões e produções de significados. Ela filtra e molda realidades por meio de suas representações, fornecendo critérios e referências para a condução da vida diária. Embora não seja nossa intenção analisar exaustivamente as representações construídas sobre as identidades LGBT, compreender as visões dos/as ativistas quanto aos sentidos disponíveis na mídia é fundamental para visualizar as motivações pessoais e políticas que resultam na criação e manutenção das plataformas de ativismo.” (2020, pág. 8).

Os espaços midiáticos ocupados pela população LGBTQIAP+ ainda seguem por caminhos trilhados a partir da via da tolerância. “Os aspectos problemáticos da tolerância

incluem sua função como forma de permissão. O termo indica que a maioria tolerante dá ‘permissão’ para que a minoria leve o tipo de vida que deseja e, conjuntamente, implica que haja uma repressão de sentimentos repulsivos da maioria perante à minoria. (SACRAMENTO & FERREIRA, 2019, pág. 3).

Uma visão alternativa a respeito do silenciamento das pautas referentes à comunidade foi discutida por Leal e Carvalho:

“O silenciamento, portanto, não pode ser entendido como recusa à voz ou à noticiabilidade, mas refere-se a modos de composição narrativa/argumentativa, tais como a circunscrição de certos temas a terrenos específicos, como o tratamento “leve” das questões LGBT que se observa na recorrência de notícias culturais, de sociabilidade e voltadas para as celebridades.” (2012, pág. 21).

Partindo desse viés, é possível refletir a respeito da presença LGBTQIAP+ na internet de forma não convencional, ou seja, a partir de uma existência tolerada.

Como Sacramento e Ferreira (2019) puderam ressaltar em seu estudo “As Identidades LGBT no Brasil: entre in/visibilidade e in/tolerâncias”, os espaços que foram conquistados para a expressão das diferenças, ainda são escassos e ainda seguem uma cartilha normativa que se apresenta de forma relativamente velada atuando por meio de atos censórios e mantendo as expressões LGBTQIAP+ no âmbito do que atende às leis do espetáculo.

As manifestações das diferenças dentro das redes sociais travam uma batalha com a representação social da realidade em que: “as identidades LGBTQIAP+ são frequentemente associadas a curiosidades e fofocas e relacionadas a produtos culturais, sendo que em grande parte prevalece uma abordagem caricatural dos fatos.” (LEAL & CARVALHO, 2012, pág. 17). Nesse sentido, além de prover uma representação rasa a respeito da comunidade, é de bom tom perceber que:

“as mídias “produzem realidade”, ou seja, que não podem ser mais concebidas como simples espelhos de um real socialmente instituído, implica o reconhecimento, por um lado, de que as mídias possuem regras e modos de funcionamento próprios, que “traduzem” os acontecimentos sociais em midiáticos.” (LEAL & CARVALHO, 2012, pág. 5).

Dessa forma, a presença datada da população LGBTQIAP+ na mídia por meio de representações banais de ser e pertencer, vai de encontro à problemática da representatividade e da visibilidade. “Bem mais que espelhos, as mídias, portanto, apresentam-se como lugares vitais de visibilidade, conhecimento e identificação social.” (LEAL & CARVALHO, 2012, pág. 6), “[...] tornaram-se também espaços de acolhimento, sociabilidade e reconhecimento.” (BONOTO & BRIGNOL, 2020 pág. 13).

Portanto, a produção audiovisual a partir da abordagem representacional de vivências LGBTQIAP+ na internet, a qual “se configura como um espaço social amplo, diversificado e menos propenso à intervenção de mediadores.” (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 12), se

torna um meio de identificação e uma via de pertencimento muito poderosa, por mais que “cada indivíduo construa seus próprios significados diante do mundo, esse processamento mental é fortemente perpassado pelo ambiente comunicacional. (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 13).

Por sua vez, “os movimentos sociais diversificaram-se e, na mesma medida, se complexificaram. Fortalecidos pelos usos e apropriações das tecnologias de informação e comunicação (TICs), esses movimentos inauguraram novas formas de interação, novas redes de disseminação de conhecimento e novos mecanismos de visibilidade. (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 8). “Essa nova forma de comunicação fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 9). A estrutura do movimento social em prol da causa LGBTQIAP+ segue firme e cada vez mais em expansão, porém a luta não para.

Para além do contexto virtual e da ocupação dos corpos dentro desse ambiente, precisamos incentivar “novas formas de organização em torno de suas causas, muitas vezes extravasando, de forma complementar e simultânea, para o âmbito offline das ruas.” (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 3), “para o aprofundamento das discussões e para o combate à violência de que os sujeitos LGBT são vítimas, assim como a busca de direitos iguais. (LEAL & CARVALHO, 2021, pág. 20).

Principalmente devido ao momento político que o Brasil se encontra atualmente, as pautas LGBTQIAP+ e a veiculação de vivências como forma de inspiração, precisam se manter em posição de resistência e seguirem se fazendo presentes, a fim de combater ações de silenciamento de sua voz e apagamento de sua história, que:

“Com a subsequente eleição de Jair Bolsonaro (PSL) tais temas continuaram a receber especial atenção. Em seu primeiro ato documentado, o Presidente da República oficializou, em janeiro de 2019, uma Medida Provisória retirando a população LGBT das políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, de competência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da qual fazia parte desde 2004. Em abril do mesmo ano, determinou a proibição do uso de palavras e termos ligados ao “universo LGBT” em peças publicitárias e de divulgação de todas as empresas estatais brasileiras.” (BONOTO & BRIGNOL, 2020, pág. 3).

“As visões dos/as ativistas sobre a atenção da mídia tradicional às demandas da população LGBT são, portanto, diversas. Em comum, apresentam uma percepção positiva quanto ao papel da internet no reconhecimento e na articulação política de lésbicas, gays, bissexuais e trans.” (BONOTO & BRIGNOL, 2020 pág. 12). Sendo assim, o Projeto Recontar se coloca como meio de veiculação de vivências LGBTQIAP+ que não só emite a mensagem central de força, luta e resistência, mas também é sensível tanto a respeito do que “foi dito, quanto como foi dito e, ainda, conseqüentemente, o não-dito, as lacunas e

1 Entrevista concedida por SILVA. M. C. ao Projeto Recontar por meio audiovisual, em Aracaju - SE, 2021.

omissões. (LEAL & CARVALHO, 2012, pág. 11).

6 | RESULTADOS

Os depoimentos colhidos através dos vídeos, trouxeram, desde o momento da filmagem, aquilo que foi previamente mencionado a respeito da necessidade da existência de relatos dentro dos mais diversos espaços sociais. Podemos usar como exemplo, a participante Marcela de Carvalho Silva, psicóloga, mulher lésbica e fundadora/diretora técnica da Remonta - Clínica LGBTQIAP+ em Aracaju-SE, relatou as violências que sofreu como parte da comunidade LGBTQIAP+ e se colocou como exemplo de representatividade e incentivo à luta. Como mulher lésbica vítima de violência física e psicológica, Marcela traz falas como: “Eu já pude escutar: ‘Nossa, esse relacionamento é de fase. Um relacionamento entre amigas’. Já pude escutar, por exemplo: ‘Nossa, você é mulher lésbica? Você é tão mulher pra ser mulher lésbica!’” (informação verbal)¹.

7 | CONCLUSÃO

A proposta inicial do Projeto Recontar era criar um ambiente virtual seguro e propício para ser palco de visibilidade LGBTQIAP+. Com isso, foi possível compreender, a partir da análise dos dados colhidos e da repercussão dos vídeos, a latente necessidade de veicular o tema da representatividade LGBTQIAP+, principalmente dentro do espaço das redes sociais, a fim de propiciar a ocupação efetivo dos corpos dissidentes LGBTQIAP+ em todos os espaços almejados.

Em consonância, a forte presença de uma personalidade LGBTQIAP+ ilustre do Estado de Sergipe estando a frente no incentivo à luta e sua importância em existir como símbolo de resistência, indica veemente que a necessidade de reafirmar corpos LGBTQIAP+, assim como a importância de ocupar um espaço de relevância dentro dos estudos acerca da visibilidade da causa. Assim, o ambiente virtual se destaca, já que o uso de redes sociais cresce a cada dia por ser encarado como um meio de livre expressão de existência.

Para além do que foi pontuado a respeito de in/visibilidade e representatividade pelo presente trabalho, é importante o aprofundamento sobre a questão dos estigmas e preconceitos dos quais a comunidade é vítima, que refletem diretamente em sua luta e em seu posicionamento, principalmente frente a mídia, que ainda é o principal veículo de representatividade e notoriedade.

8 | REFERÊNCIAS

BONOTO, Carolina; BRIGNOL, Liliane Dutra. “É de confiar desconfiando”: tensões e conflitos entre o ativismo LGBT e a mídia. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, 2020.

CANABARRO, Ronaldo. Por uma breve história do movimento LGBT: antecedentes, perspectivas e desafios de um movimento identitário numa época de estudos em pós-identidades. In: OLIVEIRA, Cíntia Roso; PICHLER, Nadir Antonio; CANABARRO, Ronaldo (Org.). **Filosofia e homoafetividade**. Passo Fundo: Méritos Editora, 2012. p. 193-207.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Diversidade Sexual, Políticas Públicas E Direitos Humanos: Saúde E Cidadania LGBT Em Cena. **Temporalis**, [s.l.], v. 14, n. 27, p.77- 98, 30 ago. 2014. Revista Temporalis. <http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n27p77-98>.

FERREIRA, **Aurélio** Buarque de Holanda. **Dicionário** da língua portuguesa. ISBN 978-85-240-4074-0.

Grupo Gay da Bahia. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. Grupo Gay da Bahia [Internet]. 2019. [citado em 2021 jun. 02]. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/04/relatc3b3rio-ggb-mortes-violentas-de-lgbt-2019-1.doc>.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades**, vol. 1, nº 1, Natal-RN, jul-dez 2007, pp.145-65

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. A grande mídia brasileira e identidades LGBT: um retrato em 2008. **Revista Diálogos de La Comunicación**, 2012.

MATOS, Samuel de Souza. A Luta Por Uma Identidade Coletiva: Aspectos Textual-Discursivos Na Construção Do Ethos Lgbt. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 24, p. 134-148, 2020.

MATZNER, Andrew. **Stonewall Riots**. [s.l.]: Cleis Press, 2015. Disponível em: <http://gbltqarchive.com/ssh/stonewall_riots_S.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

MELO, Marcos Ribeiro de; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura; VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de. GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE: DESMUNHECAÇÃO E LUTA CONTRA O HIV/ AIDS NA DÉCADA DE 1980. **EXISTIR**. 1. ed. Tubarão. Editora Copiart, 2018.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. **Cien Saude Colet** 2020; 25(5):1709-1722.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; GRANGEÃO, Fernanda Do Nascimento; MONTENEGRO, Francisco Ferreira Pires De Albuquerque. A Pandemia do Covid-19 e o Descortinamento das Vulnerabilidades da População LGBTQI+ Brasileira. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 102-119.

OLIVEIRA ET, Vedana KGG. Suicide, depression and sexual and gender minorities: posts published on personal blogs. **SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**. 2020;16(4):32-38.

PARKER, Richard. **Na contramão da AIDS**: Sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: ABIA, 2000.

PEREIRA NETO, André de Faria et al. **Avaliação de sites de saúde em questão**: a Aids nos sites brasileiros de Organizações Não Governamentais (ONG) de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). 2013.

PETERSON, Abby; WAHLSTRÖM, Mattias; WENNERHAG, Magnus. **Pride parades and LGBT movements**. Taylor & Francis, 2018.

POCAHY, Fernando Altair; NARDI, Henrique Caetano. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, p. 45-66, 2007. **Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 27, p. e41942, out. 2019. ISSN 0104-3552. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/41942>>. Acesso em: 02 jun. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/reuerj.2019.41942>.

RESENDE, Livia da Silva. **Homofobia e violência contra população LGBT no Brasil: uma revisão narrativa**. 2016.

ROCHA, Damião. A importância dos espaços de sociabilidade, das ONGs, das entidades, da Universidade para a “narrativa que vem de baixo” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Cambios y Permanencias**, v. 11, n. 1, p. 1526-1543, 2020.

SACRAMENTO, Igor et al. As identidades LGBT no Brasil: entre in/visibilidades e in/tolerâncias. 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação & Realidade ISSN 2175-6236. v. 20, n. 2. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, jul/dez 1995. p. 71-99.

SCOTT, Juliano Beck et al. El concepto de vulnerabilidad social en el ámbito de la psicología en Brasil: una revisión sistemática de la literatura. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 2, p. 600-615, 2018.

SILVA, B. de B., & Cerqueira-Santos, E. (2018). Apoio social na autoestima e identidade social de pessoas trans brasileiras. *Psico*, 49(4), 422-432. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2018.4.30029>

SILVA, Bianca Luna da; MELO, Dayana Souza de; MELLO, Rosâne. A sintomatologia depressiva entre lésbicas, gays, bissexuais e transexuais: um olhar para a saúde mental [Symptoms of depression among lesbians, gays, bisexuals, and transsexuals: a look at mental health] [La sintomatología depresiva entre lesbianas, gays, bissexuales y transexuales: una mirada hacia la salud mental]. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 27, p. e41942, out. 2019. ISSN 0104-3552. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/41942>>. Acesso em: 04 dez. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/reuerj.2019.41942>.

SILVA JF, Costa GMC. **Health care of sexual and gender minorities: an integrative literature review**. Rev Bras Enferm. 2020;73(Suppl 6):e20190192. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0192>

TOLEDO, Livia Gonsalves; PINAFI, Tânia. A clínica psicológica e o público LGBT. **Psicologia clínica**, v. 24, n. 1, p. 137-163, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso infantil 22, 23, 25

Ansiedade 183

Aprendizagem 49, 50, 51, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 83, 86, 87, 95, 101, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 154, 159, 161, 165, 166, 171

Audiovisual 36, 38, 42, 43, 44

Autismo 48, 49, 50, 51, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 150, 151, 163, 164, 165, 167, 169, 170, 172

B

Bem-estar 18, 23, 24, 30, 31, 88, 95, 102, 143, 165

Benefícios 129, 163, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 173

Brincadeira 139, 147, 148, 149, 151

C

Carência 61

Ciências da comunicação 108, 119, 125

Conto de fadas 11, 19

Controle Parental 129, 130, 133, 137

Crianças 17, 22, 23, 24, 25, 28, 31, 32, 33, 49, 50, 51, 65, 66, 67, 68, 73, 78, 79, 94, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 170, 171, 172, 173

D

Depresión 27, 35

Diagnóstico 40, 49, 51, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 91, 138, 140, 142, 143, 150, 166, 168, 169, 171, 175, 184

E

Educação 20, 47, 49, 53, 54, 55, 57, 59, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 109, 114, 115, 116, 117, 120, 124, 126, 127, 128, 129, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 161, 162, 164, 166, 170, 171, 172, 185

Equitação terapêutica 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Equoterapia 172, 173

Estratégias 6, 31, 51, 115, 123, 152, 154, 158, 160, 164, 171

Estresse 23, 27, 28, 29, 31, 32, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98

G

Gestão democrática 52

H

Habilidades sociais 50, 69, 70, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 144, 146

História Psicologia Brasil 70

I

Impacto 24, 26, 27, 29, 33, 34, 48, 52, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 78, 82, 84, 85, 89, 100, 163, 172, 177

Interdisciplinar 46, 52, 57, 58, 123, 124

Internet 43, 44, 46, 95, 108, 109, 115, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 138

J

Jogos 31, 129, 130, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Jovens 96, 114, 115, 116, 123, 126, 128, 129, 131, 132, 136, 137

L

LGBTQIAP+, 36, 37, 45

Limites 28, 46, 71, 77, 87, 94, 112, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 174

Lúdico 50, 139, 147, 148, 149

Lutas sociais 40, 52

M

Mulher 7, 9, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 27, 29, 44, 45

P

Paciente 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

Pandemia 46, 52, 56, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101

Paralisia cerebral 173

Parentalidade 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 26, 27, 28, 32, 160

Perturbação do espectro do autismo 163, 164, 165, 167

Política social 53

Professores 71, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 140, 144, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 161, 172

Profissional de Psicologia 61, 62

Psicanálise 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 78, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 125, 126, 127, 185

Psicologia 1, 2, 8, 9, 10, 35, 36, 40, 47, 51, 52, 57, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 96, 100, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 160, 161, 162, 165, 167, 172, 185

Psicologia social 108, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124

Psicólogo escolar 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81

Psicoterapia 28, 34, 114, 117, 118, 124, 173, 174, 176, 177, 183

Q

Quostodio 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138

R

Redes sociais 43, 45, 75, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 137

representação estudantil 52, 56

Representação social 11, 12, 18, 43, 127

Representatividade 21, 36, 40, 42, 43, 45, 155

S

Síndrome de Burnout 82, 83, 87, 88, 90, 92, 97, 100

V

Vida adulta 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 78

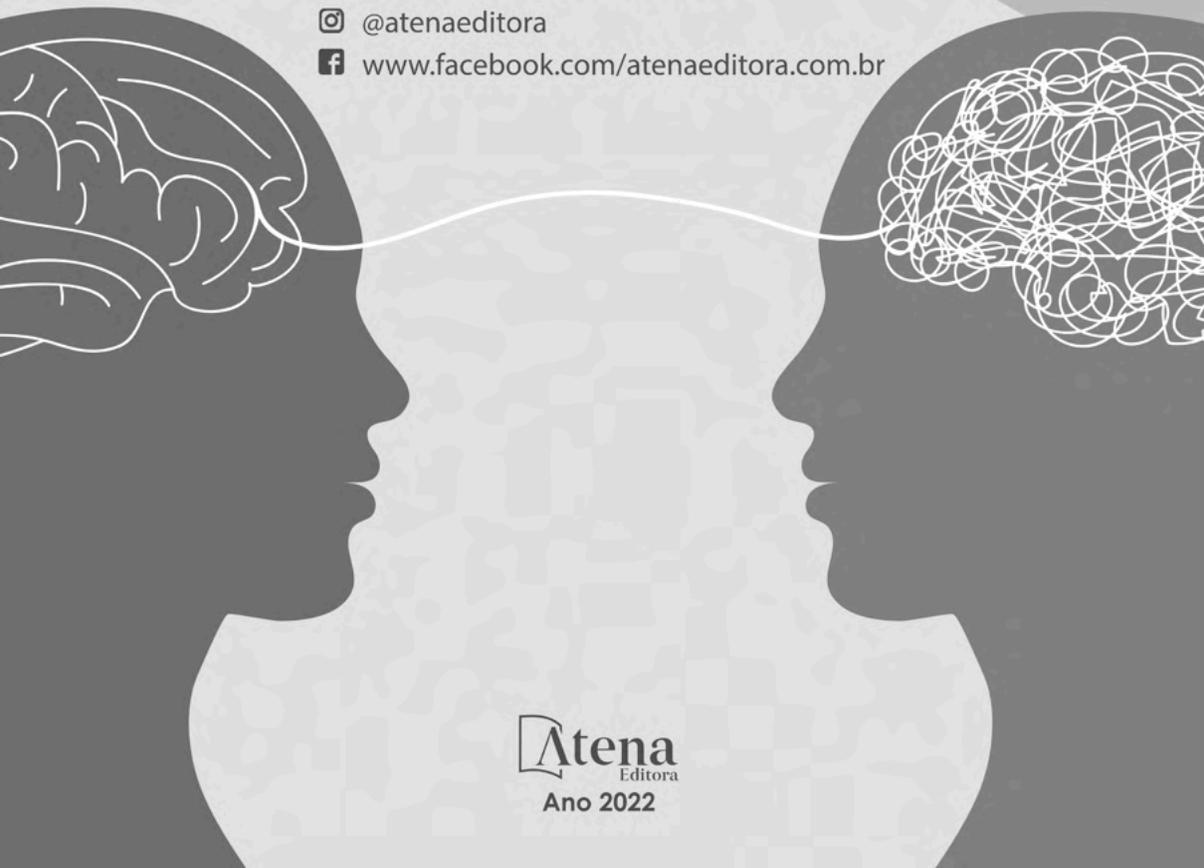
Violência infantil 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32

Vulnerabilidade 1, 2, 6, 7, 8, 9, 37, 47, 58, 87, 117

A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br




Ano 2022